



n.1
jan./mar.
2018

BOLETIM OPSA



BOLETIM OPSA

ISSN 1809-8827

O Boletim OPSA reúne análises sobre acontecimentos de destaque na conjuntura política da América do Sul e tem periodicidade trimestral. A publicação é composta por editorial e textos dirigidos a leitores que querem ter acesso rápido a informações de qualidade sobre temas contemporâneos. As fontes utilizadas para sua confecção são resumos elaborados pelos pesquisadores do OPSA com base nos jornais de maior circulação em cada um dos países e documentos de autoria de pesquisadores ou agências independentes que complementam as informações divulgadas pela imprensa.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ).

É permitida a reprodução deste boletim e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Corpo Editorial

Editora Executiva

Marianna Restum Antonio de Albuquerque

Editor Adjunto

Murilo Gomes da Costa

Conselho Editorial

Maria Regina Soares de Lima
Leticia Pinheiro

Editoria de Redação

André Pimentel Ferreira Leão
Andrés Londoño Niño
Diogo Ives de Quadros
Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves
Leandro Wolpert dos Santos
Leonardo Albarello Weber
Marianna Restum Antonio de Albuquerque
Marília Closs
Murilo Gomes da Costa



Instituto de Estudos Sociais e Políticos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rua da Matriz, 82 - Botafogo
Rio de Janeiro – RJ
(21) 2266-8300

Sumário

EDITÓRIAL

AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NA AMÉRICA LATINA, O QUE SE PODE ESPERAR?..... PÁGINA 04

ARTIGOS

ANTI-CORREA E PRÓ-EUA: O PRIMEIRO ANO DE GOVERNO DE LENÍN MORENO NO EQUADOR..... PÁGINA 06

O 8 DE MARÇO NA AMÉRICA DO SUL: ENTRE O RETROCESSO E A AMPLIAÇÃO DO FEMINISMO..... PÁGINA 12

RESENHA

ATIVISMO JUDICIAL E EXCEÇÃO NA AMÉRICA LATINA..... PÁGINA 12

Editorial

As eleições presidenciais na América Latina, o que se pode esperar?

Paraguai em abril, Colômbia em maio, Brasil em outubro, Venezuela em dezembro: são estas as datas das eleições presidenciais na América do Sul no ano de 2018, além das eleições na Costa Rica, realizadas em abril, e as do México marcadas para julho. Na Costa Rica, os resultados do segundo turno deram a vitória ao candidato de centro-esquerda, com uma agenda avançada de ampliação de direitos e cuja vice-presidente é a primeira afro-costa-riquenha a ocupar este cargo. Se os prognósticos na América Central parecem apontar para uma mudança no mapa político latino-americano, a questão é até que ponto esta mudança se consolidará ou estará restrita a esta região? Parte da resposta a esta indagação vai depender dos resultados das eleições mexicanas em julho próximo, que podem ou não confirmar o giro na direção à centro-esquerda na América Central. O caso do México talvez seja o mais emblemático de uma eventual mudança na direção contrária à maré liberal conservadora representada pela vitória de Piñera no Chile ano passado. Ainda que López Obrador, candidato por uma coalizão liderada pelo Movimento de Regeneração Nacional, o Morena, tenha liderado quase todas as pesquisas eleitorais, este não conta mais com o apoio do Partido da Revolução Democrática, PRD. Por outro lado, López Obrador se beneficia do conflito aberto entre seus dois principais rivais, a coalizão Pelo México à Frente, aliança heterodoxa entre o PAN e o PRD, de um lado, e o candidato do PRI de outro.

Na América do Sul, os sinais não parecem apontar para uma clara mudança de signo político, ainda que a principal característica seja a incerteza dos resultados dos processos em curso. No caso da eleição presidencial da Colômbia, prevista para maio, as pesquisas apontam para um possível segundo turno em julho, mas sem favorito. A questão mais decisiva que vai influenciar os resultados das eleições presidenciais para a Colômbia e toda a região é o destino dos acordos de paz. A questão divide os candidatos e o debate eleitoral, mas ainda não está claro para onde pende o

pêndulo. Também no caso do Brasil, a eleição presidencial em outubro não apenas vai reconfigurar o destino político do país, mas influirá em toda a região. No nosso caso, perdura a divisão que tende a recriar a polarização de eleições passadas entre uma coalizão liberal-conservadora e uma social-progressista. A incerteza com relação ao processo e seus resultados no Brasil é ainda maior que na Colômbia e um aspecto que será determinante é a presença ou não de Lula como candidato, tornada mais incerta após sua prisão em sete de abril passado. As eleições presidenciais na Venezuela estão programadas para dezembro e Maduro já garantiu a realização do pleito. Tanto uma piora da situação econômica quanto o aprofundamento da polarização situação-oposição podem mudar o rumo do processo, com resultados desestabilizadores para o processo democrático venezuelano, no caso de uma eventual intervenção ou interferência externa, com consequências para toda a região sul-americana.

De modo geral, o que parece prevalecer é a incerteza com relação aos resultados. Como as questões que estão em jogo nestes países polarizam as forças em movimento, quaisquer que sejam os resultados eles impactarão de modo bastante radical no quadro político da região e de toda a América Latina. No caso do Brasil, eventos extraordinários recentes parecem estar provocando consequências opostas, mas que podem definir os rumos políticos futuros. A decisão eleitoreira de Temer de proclamar a intervenção federal no Rio de Janeiro, contribuindo para a repolitização das Forças Armadas, parece ter impulsionado, num primeiro momento, a candidatura de Jair Bolsonaro. Logo em seguida, porém, o brutal assassinato da vereadora Marielle Franco e de seu motorista, Anderson Gomes, gerou um movimento oposto, de união das esquerdas, talvez impensável anteriormente. A prisão de Lula, no início de abril, também poderá ter consequências não previstas por seus antagonistas. Não custa lembrar outro episódio dramático na história política brasileira, o suicídio de Vargas, que reconfigurou o conflito político posterior.

Seja como for, a incerteza é a principal característica do quadro eleitoral na América do Sul. Os acontecimentos estão se sucedendo, gerando consequências não antecipadas pelos diversos agentes em disputa, o que torna bastante incerto qualquer prognóstico das mudanças por vir na região, em função dos resultados das eleições presidenciais, ao longo de 2018.



Neste Boletim, a análise de Diego Ives sobre o primeiro ano da política doméstica e externa equatoriana de Lenin Moreno, eleito em fevereiro de 2017, é representativa desta dinâmica de descontinuidades não antecipadas. As ações do presidente Moreno, em um primeiro momento tido como continuidade da orientação política de Rafael Correa, de quem fora vice-presidente, está pondo por terra todos os cenários desenhados naquele momento. Por outro lado, o artigo de Marília Bernardes Closs sobre a Marcha das Mulheres aponta para uma nova tendência da mobilização das questões de gênero na região, em um momento em que o giro à direita sugere uma menor presença feminina em cargos políticos de direção, lembrando que as principais lideranças femininas da região foram apeadas do poder, quer por vias legítimas, como nos casos de Cristina Fernández, na Argentina e Michelle Bachelet, no Chile, quer por vias ilegítimas como no impedimento de Dilma Rousseff no Brasil. Este número do Boletim se encerra com uma resenha de Marianna Restum Albuquerque do livro de Pedro Serrano sobre autoritarismo e golpes na América Latina. A obra é de grande atualidade e discute os elementos não majoritários e não democráticos presentes nas instituições jurídicas dos países latino-americanos. O tema não poderia ser mais atual face aos desdobramentos políticos que estamos assistindo no Brasil, decorrentes das ações levadas a efeito pela Lava Jato e pela evidente politização das instâncias superiores do Judiciário brasileiro.

Rio de Janeiro, abril de 2018.

Leticia Pinheiro
Maria Regina Soares de Lima



Anti-Correa e pró-EUA: o primeiro ano de governo de Lenín Moreno no Equador

Diogo Ives
Pesquisador Opsa

Introdução

Quando Lenín Moreno assumiu a presidência do Equador, em 24 de maio de 2017, fez um discurso de posse marcado principalmente por dois recados: o primeiro era uma clara disposição em dar prosseguimento às políticas de Rafael Correa, o qual definiu como um “hermano querido” e líder da “Revolução Cidadã” que havia melhorado a qualidade de vida no país na década anterior; o segundo era uma intenção de começar um novo período na construção dessas políticas a partir de um diálogo nacional mais abrangente entre todos os atores sociais dispostos a construir consensos. Os meses iniciais de governo que se seguiram já indicavam que uma conciliação entre esses objetivos não seria fácil, na medida em que a tentativa de agradar setores mais à direita do espectro político encontrava resistência dentro do seu partido, Alianza País, inclusive do próprio Correa¹.

Agora, prestes a completar um ano de mandato, Moreno tem diante de si uma situação insólita: seus principais aliados viraram seus principais opositores. O descontentamento com a sua gestão expresso pelo ex-presidente e pelos correligionários mais próximos deste aumentou com o decorrer dos meses a ponto de provocar um racha na Alianza País e levar à criação de um novo partido pelos correístas. Críticas de Moreno aos anos de administração de Correa tomaram o lugar dos elogios, e ambos passaram a se referir ao outro como traidor. A seguir, são expostos os principais fatos que levaram a esse atual cenário e se analisa como as variáveis internas se somaram a condicionantes externos para produzir a política externa adotada por Moreno até agora, campo no qual suas ações não poderiam ser mais diferentes das tomadas por Correa entre 2007 e 2017.

1 IVES, Diogo. Sucessão no Equador: perspectivas para o governo de Lenín Moreno. Boletim OPSA, n. 2, abr./jun., 2017.

“Descorreizar” o Equador para ganhar apoio político

Se certa intenção de Moreno em mostrar-se diferente de Correa era manifesta desde o início do governo – e auxiliada pela decisão deste de se mudar para a Bélgica, em julho, a fim de aparecer menos na cena política –, a estratégia para fazê-lo rapidamente se transformou em um ataque de desqualificação ao ex-presidente. Dentro de poucos meses, Moreno criticou seu antecessor por um excesso de endividamento público que teria promovido, pela pouca liberdade de expressão que meios públicos de imprensa teriam tido, por irregularidades encontradas em mais de 640 obras públicas, pelo pequeno número de centros locais de saúde que teriam sido construídos em comparação a grandes hospitais, pela falta de transporte para levar crianças às escolas e até por meio da acusação de que Correa havia deixado uma câmera escondida no gabinete presidencial para espioná-lo.

Da Bélgica, o ex-presidente inicialmente rebatia as várias críticas por meio de redes sociais e interpretava que Moreno, na tentativa de agradar à oposição para aumentar sua base de apoio político, havia adotado o discurso eleitoral desta, a despeito de ter sido membro importante do seu governo – vice-presidente (2007-13) e enviado especial à ONU para assuntos de deficiência e acessibilidade (2013-17) –, de ter estudado tudo o que havia sido realizado para a campanha presidencial e de ter mantido vários membros da antiga administração no atual gabinete ministerial. Apesar disso, o desgaste mútuo logo se mostrou favorável a Moreno. No final de julho, uma pesquisa divulgada pela empresa Cedatos-Gallup mostrou que sua aprovação havia aumentando em 20% desde a posse, atingindo 70,3%², e o principal motivo apontado era o distanciamento em relação a Correa. Tratava-se de um resultado extraordinário para alguém que havia sido eleito com 51,1% dos votos em segundo turno havia dois meses.

Para além da retórica, Moreno contrariou posições de Correa e de seu grupo de aliados mais próximos especialmente em três temas: economia, combate à corrupção e política externa. Na área da economia, o governo lançou, em setembro, um decreto executivo de austeridade fiscal, com base na avaliação de que havia herdado um Estado inchado. Para poupar US\$ 500 milhões por ano, a administração se comprometeu a reduzir salários de

2 Cedatos-Gallup, 2017. http://www.cedatos.com.ec/detalles_noticia.php?Id=332



altas autoridades e regular seus gastos com publicidade, auxílio-moradia, transporte, segurança, realização de eventos e viagens ao exterior. Já em outubro, enviou para a Assembleia Nacional um programa econômico contendo as diretrizes gerais a serem implementadas até 2021. Entre elas, estavam incentivos fiscais para micros e pequenos empreendedores, aumento de taxas sobre importações para proteger a indústria nacional, incremento no imposto de renda para quem recebe mais de US\$ 3 mil por mês e autorização para que a operação do dinheiro eletrônico passasse das mãos do setor público ao privado.

Correa e seus aliados mais próximos apontaram que as medidas de austeridade eram demagógicas, dado que, semanas depois de anunciadas, o governo colocou títulos da dívida pública à venda no valor de US\$ 2,5 bilhões. O decreto serviria, na visão deles, para agradar ao setor financeiro, que também era favorecido com a disposição de se repassar a administração do dinheiro eletrônico aos bancos privados. Particularmente, quem se beneficiava era Guillermo Lasso, opositor de Moreno na eleição e na Assembleia Nacional, bem como um dos maiores acionistas do Banco Guayaquil, importante instituição financeira do país. Entretanto, entidades empresariais também criticaram o plano econômico no que tocava a criação de mais impostos e taxas comerciais. Em meio a críticas dos dois lados, Moreno procurava afirmar-se como um líder que tentava contemplar a todos. Em dezembro, seu programa econômico foi aprovado na Assembleia por 71 votos a favor, 32 contra, 7 brancos e 17 abstenções, tendo os parlamentares da Alianza País se dividido entre as posições.

A divisão da bancada refletia uma divergência de opiniões não apenas em relação às medidas, como também ao modo como Moreno estava lidando com o combate à corrupção. Ao longo do seu primeiro ano de governo, denúncias dos órgãos de fiscalização e condenações judiciais recaíram sobretudo em ex-membros do governo Correa, como Aleksey Mosquera, ex-Ministro da Eletricidade; Carlos Yannuzelli, ex-Ministro de Hidrocarbonetos; e Marcela Aguiñaga, ex-Ministra do Meio Ambiente. O caso mais emblemático foi o de Jorge Glas, vice-presidente de Moreno. Acusado de ter recebido propina da Odebrecht quando foi ministro de Obras Públicas na gestão de Correa, Glas teve um julgamento político arquivado na Assembleia, em julho do ano passado, graças ao apoio da Alianza País, que

conseguiu barrar a iniciativa proposta por partidos da oposição. Contudo, em agosto, surgiram novas evidências contra ele a partir da delação de um empresário brasileiro. A reação de Moreno foi retirar as funções que o vice-presidente tinha no governo por meio de um decreto executivo.

A partir desse momento, o setor mais correísta da Alianza País passou a sustentar que uma perseguição política estava em curso e começou a abandonar cargos na administração de Moreno. A investigação contra Glas prosseguiu e sua prisão preventiva foi decretada em outubro, com base em mais informações, desta vez repassadas à Fiscalía General (equivalente ao Ministério Público brasileiro) por órgãos dos Estados Unidos. Na Assembleia, a oposição articulou novamente um pedido para que houvesse seu julgamento político e desta vez conseguiu apoios dentro da Alianza País. Contudo, antes que o julgamento ocorresse, a Corte Nacional de Justiça sentenciou Glas como culpado, em dezembro, condenando-o a seis anos de prisão, o que tornou inócuo um processo que poderia levar à sua destituição. A Assembleia então votou para escolher um novo vice-presidente a partir de uma lista tríplice indicada por Moreno. Venceu sua ministra de Desenvolvimento Urbano, María Alejandra Vicuña, que não recebeu os votos de correístas.

Além disso, esse grupo – que havia passado a se denominar como uma ala dentro da Alianza País, em concorrência a uma ala morenista – passou a fazer forte oposição à ideia de Moreno, anunciada em setembro, de convocar uma consulta popular que opinasse sobre a reformulação do Consejo de Participación Ciudadana y Control Social (CPCCS) e sobre o fim da reeleição indefinida a cargos políticos, ambos legados de Correa. O CPCCS foi instituído na Constituição de 2008 com a atribuição de designar autoridades importantes, como o “fiscal general” (equivalente a procurador-geral no Brasil), o controlador geral e os integrantes de órgãos eleitorais. Seus membros deveriam ser escolhidos em seleção pública, após serem indicados por organizações sociais. À luz das denúncias de corrupção contra membros do governo anterior, Moreno avaliava que o conselho incumbente havia falhado nas suas funções e deveria ser substituído por membros que ele mesmo indicaria à votação pela Assembleia. Já em relação ao fim da reeleição indefinida, declarou que ela favorecia perpetuações no poder e caudilhismos, traindo o verdadeiro espírito do socialismo do século XXI.



Na visão de correístas, a mudança do CPC-CS era inconstitucional, ao passo que a re-discussão da lei de reeleição tinha o objetivo principal de impedir uma nova candidatura de Correa à presidência. Além das duas ideias, mais cinco foram anunciadas por Moreno em outubro para a consulta: perda de direitos políticos de funcionários culpados por crimes de corrupção; eliminação da Ley de Plusvalía, que regulava a exploração de imóveis e terrenos (também medida de Correa), mas que o presidente avaliava estar causando prejuízo desproporcional ao setor de construção civil; restrição da exploração de petróleo na região de Yasuní; restrição da mineração em zonas urbanas, protegidas e intangíveis; e proibição da prescrição de crimes de abuso sexual contra menores. Os correístas entraram com uma ação na Corte Nacional de Justiça questionando a legalidade da consulta. Em dezembro, o tribunal ainda não havia se manifestado, o que levou Moreno a argumentar que o prazo para uma decisão havia se esgotado, conforme a legislação, e decretou a realização da consulta para fevereiro.

Correa voltou ao Equador para liderar pessoalmente uma campanha que estimulasse a população a rejeitar todas as propostas na consulta, por entender que era inconstitucional e motivada politicamente. Também acionou a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) para avaliar a estabilidade institucional no Equador, ao mesmo tempo em que o representante do Equador na ONU, Guillaume Long, renunciou ao cargo, acusando Moreno de fazer um governo autoritário. No ínterim da realização da consulta, os correístas tentaram expulsar Moreno da Alianza País – com a justificativa oficial de que ele, na qualidade de presidente da legenda, havia faltado às reuniões sem apresentar justificativa – e elegeram uma nova diretoria. Contudo, a Justiça anulou a validade das decisões por não terem sido tomadas pela diretoria de facto. Moreno, por sua vez, trocou correístas por aliados seus na estrutura partidária em dezembro. A seguir, em janeiro, a Controladoria Geral anunciou que faria uma auditoria da dívida pública contraída no governo Correa de 2012 a 2017, mas que descobertas preliminares já indicavam que uma série de manipulações havia sido feita nos seus índices. Insistindo que estava sendo perseguido, Correa anunciou sua desfiliação da Alianza País, em janeiro, levando consigo os aliados mais próximos. O grupo tentou registrar um novo partido com o nome de “Movimiento Revolu-

ción Ciudadana”, porém a Justiça negou o pedido por se tratar de uma expressão vinculada a outro partido – Alianza País –, o que é vedado pela legislação. Decidiu-se então pela adoção do nome “Movimiento de la Revolución Alfarista”, em referência a Eloy Alfaro, liderança nacionalista importante na história equatoriana, opção esta que ainda está sob avaliação pelas autoridades. Entretanto, a movimentação já impactou diretamente a consulta de fevereiro, que foi interpretada como uma medida das forças de Correa e de Moreno na população. Ao final, todas as propostas do atual presidente acabaram recebendo uma maioria de votos favoráveis, com aprovações que oscilaram entre 63% e 73%, o que foi entendido como uma derrota política de Correa. Missões da OEA e da UNASUL acompanharam a votação e a respaldaram.

Em março, um novo CPCCS foi eleito, enquanto as demais propostas da consulta deverão ser implementados nos próximos meses pelo Executivo e pelo Legislativo. Na Assembleia, a ruptura da Alianza País já impacta o mapa político. O partido tinha 74 assentos (de um total de 137) desde as eleições do ano passado, mas, após a cisão, cerca de 46 parlamentares manifestaram a intenção de manterem seu apoio a Moreno, 23 respaldaram Correa e cinco se declararam independentes até o presente momento.³ Uma redistribuição das comissões legislativas deverá ser feita, o que implicará uma articulação política de Moreno para garantir que consiga manter uma maioria parlamentar e assim reduzir riscos à sua governabilidade. No gabinete ministerial, 40% da composição da equipe inicial já sofreu alterações desde o início do mandato⁴.

O anticorreísmo na política externa

Para o plano internacional, o discurso de Moreno inicialmente privilegiava a cooperação Sul-Sul, a UNASUL e a CELAC, refletindo as orientações da política externa do governo Correa. À ALBA, por sua vez, já não era dado destaque devido à crise política e econômica do governo de Nicolás Maduro na Venezuela, que se refletia em um enfraquecimento do bloco. Simbolicamente, Moreno fez sua primeira viagem, em julho, à Nicarágua, para comparecer ao XXIII Encontro do Foro de São Paulo. No entanto, ao longo dos me-

3 ANDES. Cambia la correlación de fuerzas políticas en el Legislativo de Ecuador. Andes, 02/03/18. <https://www.andes.info.ec/es/noticias/politica/3/por-primeravez-en-10-anos-cambia-la-correlacion-de-fuerzas-politicas-en-el-legislativo-de-ecuador>



ses, a agenda foi se tornando mais alinhada às preferências dos Estados Unidos, à medida que se afastar daqueles elementos que caracterizaram a pauta externa de Correa ajudava Moreno a conquistar o apoio da direita doméstica, ao mesmo tempo em que as iniciativas de integração regional que havia destacado perdiam força no contexto regional.

Em setembro, o governo empreendeu um esforço de dinamizar as relações econômicas externas. O ministro de Comércio Exterior, Pablo Campana, viajou durante todo o mês, passando por Estados Unidos, Reino Unido, Suíça, Suécia, Noruega e China com o objetivo de aumentar o comércio e atrair recursos financeiros para a indústria, para a infraestrutura e para empréstimos. Contudo, o acordo mais expressivo alcançado foi com a Nicarágua, com a qual foi facilitada a troca de cem produtos e criada uma câmara binacional de comércio, indústria e turismo. Frente à dificuldade de colher resultados expressivos, Campana anunciou, em novembro, que proporia um acordo comercial com os Estados Unidos. Todd Chapman, embaixador deste país no Equador, declarou que qualquer negociação passaria pela redução de impostos comerciais, em uma crítica ao aumento destes anunciado por Moreno em outubro. Além de se dispor a dialogar com os Estados Unidos para chegarem a um acordo, o presidente equatoriano afirmou, em entrevista concedida a redes de televisão, em janeiro⁵, que estudava as possibilidades que a Aliança do Pacífico – integrada por Colômbia, Peru, Chile e México – podia oferecer e definiu que as relações externas devem priorizar os países com os quais mais se compra e mais se vende.

Na região, a Colômbia vem sendo o país de quem Moreno mais tem se aproximado. Quito serve como local das negociações de paz entre o governo de Juan Manuel Santos e o Ejército de Liberación Nacional (ELN) desde novembro. Além disso, tem se registrado uma cooperação estreita em ações na fronteira binacional. Ao longo de 2017, disposições foram anunciadas em combater o crime transnacional que a atravessa e em criar um fundo binacional para desenvolvê-la. As ações efetivamente saíram do papel em 2018, após ocorrer, em janeiro, a explosão de um carro-bomba em frente a um escritório policial na cidade de San Lorenzo, no Equador, próxi-

ma à fronteira, deixando 28 pessoas feridas, sendo metade delas policiais. As autoridades equatorianas classificaram o ataque como terrorismo praticado por ex-guerrilheiros das Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colômbia (FARC), que estariam protegendo rotas de narcotráfico na região, em um tipo de ação jamais registrado no Equador. Em resposta, Moreno e Santos concordaram em enviar 10 mil soldados para a fronteira e criar uma plataforma virtual conjunta de controle migratório. Washington condenou o ocorrido e se prontificou a lhes oferecer ajuda. O governo de Moreno nega que haja uma intenção de instalar bases militares estrangeiras na área.

A militarização da fronteira ocorre em meio ao aumento de refugiados que deixam a Venezuela em decorrência da intensificação da crise no país. Em fevereiro, Thomas Shannon, Subsecretário para Assuntos Políticos do Departamento de Estado dos Estados Unidos, fez uma visita a Equador, Colômbia e Chile com a finalidade oficial de “reafirmar a participação dos Estados Unidos para promover um hemisfério seguro, próspero e democrático”⁶. A reunião com Moreno abordou os temas de comércio externo, segurança e defesa, incluindo a situação na Venezuela, para a qual Shannon declarou que o Equador terá um papel importante para os próximos passos que Washington tomará na OEA⁷. Até o momento, a posição oficial da administração de Moreno é deixar a sociedade venezuelana resolver a crise doméstica sem ingerências externas.

Outro ponto de destaque da sua política externa vem sendo a agenda ambiental. Moreno é oriundo da região amazônica e põe muita ênfase na sua vontade pessoal em protegê-la. Nesse sentido, formulou a “Iniciativa Amazônica: Amazonia Sostenible al 2030”, a fim de proteger os recursos e povos indígenas da área. A iniciativa ecoa pautas tradicionais de ONGs internacionais e já foi apresentada aos países que compõem a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), à França e à Alemanha, em busca de apoio à sua aplicação. Em agosto, o Peru mostrou apreço pelo projeto e criou com o Equador a

6 LA REPÚBLICA. Subsecretario de Estado de EEUU llega a Ecuador. La República, 26/02/18. <https://www.larepublica.ec/blog/politica/2018/02/26/subsecretario-de-estado-de-eeuu-thomas-shannon-llega-a-ecuador/>

7 EL TELÉGRAFO. Presidente Moreno recibió en Carondelet a subsecretario de EE.UU. El Telégrafo, 27/02/18. <https://www.eltelgrafo.com.ec/noticias/politica/3/presidente-moreno-recibe-en-carondelet-a-subsecretario-de-ee-uu>

5 EFE. El presidente ecuatoriano no descarta acercarse a EE.UU. y a la AP. EFE, 22/01/18. <https://www.efe.com/efe/america/economia/el-presidente-ecuadoriano-no-descarta-acercarse-a-ee-uu-y-la-alianza-del-pacifico/20000011-349945>



“Reserva de Biósfera Transfronteiriça”, o primeiro exemplo na América do Sul do projeto “Bosques de Paz”, coordenado pela UNESCO, que procura compartilhar entre países a gestão de territórios ecológicos com vistas à sua preservação. Já em março, foi a vez de a Colômbia endossar as ideias e estimular em reuniões binacionais que haja uma “conectividade de ecossistemas” com a vizinha – tema este de interesse do governo de Santos, que, com seu projeto “Corredor Ecológico Triplo A”, quer tornar intocável uma vasta área entre os Andes, a Amazônia e o Atlântico, passando por Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname, Guiana Francesa e Brasil.

A ação tem o bônus de render apoio doméstico a Moreno por parte de setores indígenas que frequentemente criticavam a exploração mineral na Amazônia feita pelo governo Correa. Em seu lugar, o atual presidente procura incentivar a atividade extrativa nos mares, onde há menos resistência política e mais espaço para empresas estrangeiras atuarem. Em agosto, a Marinha equatoriana apreendeu embarcações chinesas que faziam pesca ilegal nas imediações da sua Zona Econômica Exclusiva (ZEE), perto das Ilhas Galápagos, o que levou cerca de 200 pessoas a fazerem manifestações em frente à embaixada chinesa em Quito e resultou na condenação de parte da tripulação chinesa à prisão. O episódio fez autoridades do Equador, da Colômbia, do Panamá e da Costa Rica acordarem a criação de um corredor de conservação abrangendo seus mares do Pacífico com o objetivo oficial de controlar e vigiar a pesca. Além disso, o governo equatoriano passou a estudar a ampliação da plataforma continental do país para além de 200 milhas, conformando, em fevereiro, um comitê governamental especialmente para tratar do assunto. A mudança permitiria dar uma unidade territorial do país até as Ilhas Galápagos e ampliar a área de obtenção de recursos minerais.

Também recebeu atenção de Moreno a situação de Julian Assange, dono do site WikiLeaks e asilado na embaixada equatoriana em Londres desde 2012 por se afirmar perseguido pelos Estados Unidos – caso que o presidente classifica como um “problema herdado” de Correa. A fim de retirá-lo da embaixada, o governo decidiu lhe outorgar uma naturalização, em dezembro, o que o tornou cidadão do Equador. Com base nesse novo status, procurou negociar a sua liberação com o Reino Unido, ao qual pediu que ele fosse acreditado como um agente diplomático equatoriano, o

que lhe daria imunidade diplomática e a possibilidade de deixar o país. Contudo, Londres não aceitou o pedido, e a negociação foi considerada fracassada.

Por fim, em janeiro, a Ministra das Relações Exteriores do Equador, María Fernanda Espinosa, apresentou a Agenda Externa 2017-2021, com sete orientações a serem perseguidas pelo país nos próximos anos: 1) defesa da soberania e construção da paz, 2) defesa dos direitos humanos e dos direitos da natureza, 3) diversificação das relações internacionais a fim de promover uma “inserção inteligente” no mundo, 4) promoção de integrações bilaterais e regionais, bem como do multilateralismo, 5) fortalecimento dos direitos de migrantes, em especial dos equatorianos que vivem no exterior, 6) coordenação dos órgãos governamentais a respeito de temas de cooperação internacional, e 7) investimentos na profissionalização do serviço diplomático. A respeito do último ponto, Espinosa anunciou uma política de igualdade de gênero, com o intuito de aumentar a presença de mulheres na diplomacia nacional.

Considerações finais

Dentro do quadro sul-americano, a sucessão de Correa para Moreno mostra-se um caso singular entre os países que experimentaram a “onda rosa” de governos progressistas na década passada. No Brasil, na Argentina e no Uruguai, quando ainda transcorria a onda progressista, ocorreu uma sucessão tranquila de Lula da Silva para Dilma Rousseff, de Néstor Kirchner para Cristina Kirchner, e entre Tabaré Vázquez e José Mujica, havendo mais continuidades do que descontinuidades entre seus programas de governo. Na Venezuela, a resistência de Nicolás Maduro em alterar qualquer linha das políticas e das alianças herdadas de Hugo Chávez alimenta a crise política que o país atravessa desde 2013. Na Bolívia, Evo Morales resiste em passar o poder adiante após 12 anos de governo, também gerando uma oposição crescente. No Chile, Michelle Bachelet não consegue eleger sucessores, revezando-se na presidência com o neoliberal Sebastián Piñera desde 2006. E agora, no Equador, o que se vê é uma sucessão vitoriosa nas urnas que está produzindo mais descontinuidades do que continuidades na prática.

A grande dúvida que havia em relação a Moreno quando iniciou seu governo era se ele conseguiria criar uma imagem própria e sair da sombra de Correa, mas ainda assim levar



adiante o programa progressista da “Revolução Cidadã”. Um ano depois, é notável que Moreno conseguiu criar um espaço político próprio, no qual se dispõe, em teoria, a ser um “articulador de centro” no espectro ideológico das forças sociais domésticas. Todavia, na prática, o resultado desse processo foi ter transformado o principal aliado em inimigo e, com isso, ter tornado vazio o conteúdo do “socialismo do século XXI”. A ida de Correa para a oposição cria uma disputa sobre o que deve caracterizar esse processo e quem é seu fiel condutor. De agora em diante, Moreno terá o desafio de liderar a Alianza País para seguir traduzindo em políticas efetivas o apoio mais à direita que atraiu sem que essa orientação mine por completo o apoio mais à esquerda que herdou e que Correa trabalhará para direcionar ao seu novo partido.



O 8 de março na América do Sul: entre o retrocesso e a ampliação do feminismo

Marília Bernardes Closs
Pesquisadora OPSA

Introdução

O 8 de março é o principal dia de luta pelos direitos das mulheres. Em todo o globo, mulheres tomam as ruas para protestar contra uma série de violências - físicas e psicológicas -, contra a desigualdade de gênero e em favor da equidade. Há mais de cem anos, o Dia Internacional da Mulher unifica diversos tipos de lutas, demandas e práticas políticas que se relacionam à temática de gênero e da submissão feminina. A consolidação do 8 de março enquanto data política se deu no fim do século XIX e início do século XX, após diversas jornadas de luta de mulheres na Europa e nos Estados Unidos. Na década de 1970, a data seria reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) e, desde então, tem crescido como marco da luta das mulheres. Na América do Sul, é uma data que, nos últimos anos, vem ganhando mais força. Neste texto, busca-se descrever e analisar como se pautou politicamente essa data no subcontinente sul-americano no ano de 2018.

O 8 de março sul-americano em 2018

O subcontinente sul-americano é, ainda hoje, atravessado por uma série de violências e desigualdades ligadas a gênero. De acordo com a CEPAL (2017), o grau de feminização da pobreza na América Latina é alto, as mulheres recebem salários mais baixos e são maioria dentre os desempregados. A violência física e o abuso sexual ainda são realidade, além do alto grau de feminicídios. Se na primeira década do século XXI, a América do Sul viveu uma onda progressista e as mulheres lograram obter uma série de avanços em termos de direitos e conquistas sociais, os últimos anos têm trazido diversas derrotas em função do avanço conservador. No entanto, o Dia Internacional da Mulher em 2018 parece mostrar que tem crescido o engajamento das mulheres em prol de seus direitos na América do Sul.

Em 2018, quase todas as grandes cidades

1 Termo que diz respeito ao recorte de gênero no que tange à população que vive abaixo da linha da pobreza ou sob condições de precariedade.

sul-americanas contaram com protestos no 8 de março, e o principal instrumento utilizado foram as já tradicionais grandes marchas. Na Argentina, a principal marcha ocorreu em Buenos Aires, em direção ao Congresso Nacional. O ato foi composto por diversos movimentos sociais e contou com mais de 350 mil pessoas. O manifesto oficial da marcha foi lido em frente ao Congresso, e os principais destaques foram a exigência da aprovação do projeto de lei pela interrupção voluntária da gravidez, apresentado pela sétima vez no Congresso Nacional pela Campaña Nacional por el Derecho al Aborto Legal, Seguro y Gratuito, e a luta contra o feminicídio. O manifesto teve tom pesadamente crítico ao presidente Mauricio Macri, em especial contra a repressão e a criminalização dos movimentos sociais. Além disso, o texto destacou as violências “econômicas e estatais”, advindas do capitalismo patriarcal, que prejudicam de forma mais profunda as mulheres. A luta contra a reforma da previdência proposta pela base governista e os nomes de Santiago Maldonado² e Rafael Nahuel³ também foram lembrados⁴. Mulheres com panos verdes em seus rostos - os pañuelos verdes - foram marcantes na marcha e simbolizaram a luta pela legalização do aborto⁵.

No Uruguai, as manifestações tiveram maior ênfase na luta contra o feminicídio. Na madrugada do próprio 8 de março, Olga Costa foi assassinada na cidade de Salto por seu ex-marido, tornando-se a quinta vítima de feminicídio no país em 2018⁶. Frente a isto, a marcha na capital Montevideu, a maior do país, teve tom marcado pelo luto. Algumas

2 Ativista político argentino que, após dois meses de desaparecimento, foi encontrado morto. Seu desaparecimento e sua morte geraram grandes repercussões e manifestações políticas.

3 Ativista da etnia mapuche assassinado em 2017 em um operativo da Prefectura Naval Argentina, na região de Bariloche, Argentina

4 La Nación, 8/3/2018. 8M: así se conmemoró el Día Internacional de la Mujer, en una masiva concentración frente al Congreso. <https://www.lanacion.com.ar/2114789-8m-minuto-a-minuto-asi-se-conmemora-el-dia-internacional-de-la-mujer>

5 La Nación, 9/3/2018. Pañuelo verde: quiénes son las mujeres que fabrican el símbolo del reclamo por la despenalización del aborto. <https://www.lanacion.com.ar/2115528-panuelo-verde-quiénes-son-las-mujeres-que-fabrican-el-simbolo-del-reclamo-por-la-despenalizacion-del-aborto>

6 El País, 9/3/2018. Horror: mató a su ex pareja y al policía que la custodiaba. <https://www.elpais.com.uy/informacion/horror-mato-ex-pareja-policia-custodiaba.html>

instituições estatais e a Federación de Estudiantes Universitarios de Uruguay (FEUU) se somaram à greve e declararam dia não laboral às trabalhadoras e estudantes⁷. No Chile, as principais demandas ouvidas nos protestos foram relacionadas à igualdade salarial e em prol da aprovação da lei da identidade de gênero que, atualmente, tramita no Congresso⁸. Cabe lembrar que este foi o último 8 de março de Michelle Bachelet como presidenta, que entregou o posto ao novo presidente eleito, Sebastián Piñera. Ainda no governo de Bachelet, a despenalização do aborto fora aprovada em três situações – em caso de inviabilidade fetal, em caso de risco de morte para a mulher e em caso de gravidez que seja fruto de violação sexual⁹. Com a eleição de Piñera, a execução e a permanência da nova legislação passam a ter futuro incerto. Além disso, alguns movimentos sociais ligados ao campo, como a Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas, promoveram atos de despedida à presidenta Bachelet e organizaram protestos contra a participação chilena no Acordo Transpacífico (TPP)¹⁰.

Na Bolívia, a capital La Paz foi palco da maior marcha no país. A manifestação esteve focada em três principais temas: violência de gênero, políticas de proteção às mulheres e demandas trabalhistas. Dentro destas pautas, destacaram-se a luta contra o feminicídio e contra a desigualdade salarial. Ainda que em menor grau, a reivindicação pela legalização do aborto também esteve presente¹¹. No Paraguai, a pauta trabalhista também foi o mote principal das manifestações. Os lemas “Produzcan Sin Nosotras” (no espanhol, Produzam Sem Nós, Mulheres) e “Las Mujeres

Sustentamos el Mundo” (no espanhol, “Nós, Mulheres, Sustentamos o Mundo”) estiveram presentes nos atos políticos. Em Assunção, capital do país, ocorreu ato convocado por mais de cinquenta movimentos sociais, que denunciou, principalmente, a dupla-exploração da mulher, a discriminação e a violência de gênero, a disparidade salarial e o assédio sexual em ambientes de trabalho. A demanda por políticas públicas de proteção à mulher também esteve presente¹². Como resultado, um documento com exigências trabalhistas foi entregue ao Ministério do Trabalho no fim da manifestação¹³. A iniciativa “#YoParo” (em português, Eu Paro) também ganhou adesão no país, e alguns setores paralisaram suas atividades no dia 8¹⁴. Movimentos sociais ligados ao campo também aderiram às marchas na capital do país¹⁵. No próprio oito de março, o Senado paraguaio aprovou a lei que exige a paridade de gênero dos partidos políticos em suas listas; a lei, agora, deve tramitar na Câmara de Deputados¹⁶.

No Brasil, grandes manifestações tomaram conta do país. Cidades como São Paulo, Belo Horizonte, Salvador e Porto Alegre contaram com atos com dezenas de milhares de pessoas, com demandas como o fim da violência contra a mulher e a desigualdade de gênero. Em São Paulo, pode-se ouvir com maior ênfase gritos de “Fora Temer” e contra a reforma da previdência, proposta pela base governista do governo de Michel Temer¹⁷.

12 ABC Color, 26/2/2018. Produzcan sin nosotras. <http://www.abc.com.py/nacionales/produzcan-sin-nosotras-1678061.html>

13 TeleSur, 8/3/2018. Paro Internacional de Mujeres reclama respeto a los derechos de las féminas. <https://www.telesurtv.net/news/huelga-paro-laboral-dia-internacional-mujeres-20180308-0009.html>

14 La Nación, 8/3/2018. Cinco mil mujeres formaron parte del paro internacional #8MPy. <https://www.lanacion.com.py/pais/2018/03/08/cinco-mil-mujeres-formaron-parte-del-paro-internacional-de-mujeres-8mpy/>

15 Via Campesina, 8/3/2018. Paraguay: Las mujeres del campo suman sus luchas y sueños en el Día de la Mujer Trabajadora. <https://viacampesina.org/es/paraguay-las-mujeres-del-campo-suman-sus-luchas-y-suenos-en-el-dia-de-la-mujer-trabajadora/>

16 ABC Color, 9/3/2018. Sí a ley de paridad. <http://www.abc.com.py/edicion-impresa/politica/si-a-ley-de-paridad-1681849.html>

17 Folha de São Paulo, 8/3/2018. Em São Paulo, mulheres fazem manifestação por igualdade e contra Temer. <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/03/em-sao-paulo-mulheres-fazem-manifestacao-por-igualdade-e-contra-temer.shtml>

7 La República, 8/4/2018. 8M: Paros y movilizaciones. <https://www.pressreader.com/uruguay/la-republica-uruguay/20180307/281676845418524>

8 La Nación, 9/3/2018. Brecha salarial y aborto, reclamos coincidentes en varios países. <https://www.lanacion.com.ar/2115466-brecha-salarial-y-aborto-reclamos-coincidentes-en-varios-paises>.

9 BBC, 21/8/2017. Chile aprueba la despenalización del aborto en tres causales en histórica decisión. <http://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-41006338>.

10 Via Campesina, 8/3/2018. Chile: Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas, ANAMURI, rechaza energicamente la ratificación del TPP. <https://viacampesina.org/es/chile-asociacion-nacional-de-mujeres-rurales-e-indigenas-anamuri-rechaza-energicamente-la-ratificacion-del-tpp/>

11 La Razón, 8/3/2018. Mujeres marcharon en La Paz contra la violencia y pidiendo reivindicaciones. http://www.la-razon.com/sociedad/Mujeres-marcharon-Paz-violencia-reivindicaciones_0_2888111214.html



No Rio de Janeiro, a marcha protestou, também, contra a intervenção militar que ocorre na cidade. Alguns dias após as manifestações, no dia 14 de março, Marielle Franco, vereadora do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) pelo Rio de Janeiro, foi executada a tiros no centro da cidade. Marielle era militante em prol dos Direitos Humanos e do combate ao racismo, crítica ferrenha à intervenção militar e à violência e abuso policial. Vida e luta de Marielle viraram símbolos não apenas na cidade, mas no país inteiro. Marchas, em geral lideradas por mulheres, mais uma vez tomaram conta das ruas do país inteiro, exigindo justiça pela vereadora e denunciando o desrespeito à vida e aos corpos das mulheres negras no Brasil.

Reflexões sobre o 8M na América do Sul

É notável que, na última década, o feminismo tem se expandido no âmbito global, e isso se verifica também na América do Sul. O 8 de março sul-americano é reflexo disto: cada vez mais numerosas, as manifestações se diversificam e complexificam, contando com um número maior de movimentos sociais. Se antes o histórico sul-americano poderia deixar dúvidas, hoje o 8 de março já se consolidou como uma das principais agendas políticas de luta no subcontinente.

Em 2018, os motes para o 8 de março nas principais cidades da América do Sul contaram com diversos temas já tradicionais do feminismo: a luta pela legalização do aborto, em especial em países como a Argentina, no qual proposta de legalização tramita no Congresso, Bolívia, onde o tema, desde o ano passado, é debatido a nível institucional, e no Chile, onde recentemente foram aprovadas mudanças na legislação; a luta contra o feminicídio, após ele ter crescido em países como Brasil e Argentina; e o fim violência contra a mulher e da exploração sexual.

No entanto, pode-se observar, também, que o componente do trabalho apareceu com mais força na luta das mulheres. Pautas como as laborais estiveram presentes, exigindo o fim da desigualdade salarial entre homens e mulheres. Mais que isto, porém, o 8 de março deste ano trouxe com mais força o debate sobre a feminização da pobreza. Realidade histórica no continente sul-americano, seu diagnóstico parece ter sido identificado pelos movimentos feministas que, em 2018, gritaram mais alto que é a força produtiva feminina que sustenta e move o mundo e que, uma vez que esta força pare, todo o sistema para junto. Neste

mesmo contexto, as tentativas de aprovação das reformas da previdência no Brasil e na Argentina foram denunciadas, bem como o avanço do neoliberalismo foi problematizado nestes mesmos países e no Chile, já que há a percepção de que este está relacionado com a precarização da vida das mulheres.

Neste mesmo sentido, pode-se perceber que houve a continuidade da Greve Internacional de Mulheres (ou Paro Internacional de Mujeres, em espanhol) na América do Sul. Iniciativa criada em 2016, em 2017 tornou-se global. Em 2018, houve adesão em diversos países sul-americanos, com destaque especial para a Argentina, o Paraguai, o Uruguai e o Chile. Ainda que em uma dimensão menor do que a greve realizada este ano na Espanha¹⁸, em especial na realidade brasileira, em que a adesão foi baixíssima, pode-se perceber que esta é uma nova prática de ação coletiva feminista que tem ganho força no subcontinente. Mais uma vez, trata-se da percepção da relação capital-trabalho como eixo estruturante da luta feminista. Ainda no que tange às práticas de ativismo e militância, pode-se observar que as marchas seguiram sendo o principal instrumento. Um notável destaque foi a ocupação do parque gráfico do jornal O Globo por parte do setorial de mulheres do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no 8 de março no Rio de Janeiro¹⁹.

Uma análise mais atenta aos principais motes das marchas do 8 de março também pode nos trazer algumas lições. Utilizadas em redes sociais, em especial com hashtags (#), pode-se ver o crescimento de lemas como “Nem Uma a Menos” (Ni Una a Menos), depois complexificado para “Nenhuma Trabalhadora a Menos” (Ni Una Trabajadora a Menos) e “Não é Não” (No es No). Em especial, observa-se a manutenção do lema “se nossas vidas não valem nada, que produzam sem nós, mulheres” (em espanhol, si nuestra vida no vale nada, produzcan sin nosotras), construído em 2016 após diversos casos de feminicídios na Argentina. Mais que simples palavras de ordem, os motes significam consignas e consensos sobre os quais os mais diversos movimentos feministas e de mulheres conse-

18 El País, 9/3/2018. Más de 300 colectivos respaldan en España una huelga de mujeres el 8M. https://politica.elpais.com/politica/2018/02/08/actualidad/1518097120_079738.html

19 MST, 8/3/2018. Mulheres Sem Terra escracham Globo e fortalecem a luta em 24 estados. <http://www.mst.org.br/2018/03/08/mulheres-sem-terra-escracham-o-globo-e-fortalecem-a-luta-em-24-estados.html>



guiram chegar nos últimos anos. Não é pouca coisa, em se tratando de movimentos sociais e ativistas das mais diversas linhas políticas.

Considerações finais

A América do Sul vive, hoje, profundos retrocessos em termos de direitos políticos e de conquistas econômicas. Os anos de inclusão social e distribuição de renda já parecem tempos distantes. Em poucos espaços da vida pública podem-se vislumbrar avanços, mas o feminismo é um deles. Houve, nos últimos anos, uma grande expansão do debate sobre a desigualdade de gênero e a violência contra a mulher. O 8 de março de 2018 é um dos grandes exemplos disso: numeroso, em expansão e com uma discussão cada vez mais qualificada a respeito dos significados do papel e do local da mulher no campo social e político.

A crise que atravessamos, seja a nível nacional ou a nível continental, não está diminuindo o papel ou a importância da luta das mulheres. Pelo contrário: a medida que a questão distributiva se torna crítica, novas pautas passam a adentrar o debate, como o trabalho e, com mais força, a classe. O Dia Internacional da Mulher na América do Sul, se observado com atenção, é reflexo da conjuntura política e, mais especificamente, da crise que o subcontinente atravessa. Mais que nunca, a luta das mulheres e o feminismo se consolidaram como uma das principais pautas políticas na América do Sul. Com a saída de Michelle Bachelet, no Chile, o impeachment de Dilma Rousseff, no Brasil, e o fim do mandato presidencial de Cristina Kirchner, na Argentina, a América do Sul não terá nenhum país liderado por uma mulher. Para o ano de 2018, que traz consigo um novo ciclo eleitoral, a representação e o direito das mulheres será um dos debates definidores.



Ativismo Judicial e Exceção na América Latina

Marianna Albuquerque
Pesquisadora OPISA

(Resenha do livro “SERRANO, Pedro Estevam Alves Pinto. Autoritarismo e golpes na América Latina: breve ensaio sobre jurisdição e exceção”. São Paulo: Alameda, 2016).

Introdução

Honduras, 2009. Paraguai, 2012. Brasil, 2016. Três países da América Latina e três Presidentes constitucionalmente eleitos com mandatos interrompidos antes do de sua conclusão. Mais três presidentes depostos no subcontinente para somar-se à enorme lista de mudanças de governo – e, por vezes, de regime-, pela qual a América Latina passa desde a independência dos seus Estados constituintes. O que os três casos recentes possuem de singular em relação aos cerca de 200 golpes de Estado que os latino-americanos vivenciaram desde o início do século XX?¹ Pedro Estevam Alves Pinto Serrano, advogado, com experiência pós-doutoral em Ciências Histórico-Jurídicas pela Universidade de Lisboa e, atualmente, professor da PUC-SP, no livro “Autoritarismo e golpes na América Latina: breve ensaio sobre jurisdição e exceção”, argumenta que o fator explicativo dos recentes golpes na América Latina deriva da manutenção de características do estado de exceção dentro da ordem democrática e do crescente ativismo do Poder Judiciário em decidir definitivamente sobre questões políticas.

Apesar das interrupções de mandatos serem uma constante da vida política na América Latina independente, a convergência espaço-temporal dos golpes militares da década de 1960, na esteira do apoio a governos de direita dado pelos Estados Unidos no contexto pós-Revolução Cubana, resultou em extensa produção bibliográfica que combina a análise de fatores sociais, políticos, econômicos e institucionais. Convergência semelhante vem ocorrendo nos anos 2000, com a deposição de Presidentes em diversos Estados latino-americanos. Apesar de serem fenômenos mais recentes, estudos sobre os motivos e as consequências das últimas rupturas democráticas vêm ocupando as produções de acadêmicos, a

exemplo de Coelho (2013)², Valente (2018)³, Medeiros (2018)⁴ e Lima & Chaloub (2018)⁵. É nesse grupo de autores que Pedro Serrano se insere, com sua análise sobre as práticas autoritárias e os golpes, que culminam em um estado de exceção permanente, marcado pela suspensão de direitos.

Autoritarismo e golpes na América Latina: breve ensaio sobre jurisdição e exceção

Na introdução de seu livro publicado em 2016, Pedro Serrano argumenta que o Estado de direito configura-se como uma concepção abstrata, uma vez que os valores da democracia não foram estabelecidos de forma universal e integral a todos os indivíduos. O argumento central do autor é que, mesmo dentro da democracia, persistem elementos autoritários que explicam a existência e a permanência de mecanismos de exceção. Aplicado ao estudo de caso de três países da América Latina, Serrano considera que tais mecanismos se perpetuam devido a formas de legitimação de suas práticas, inclusive por meio do que chama de “ativismo judicial”. Tal conceito consiste no uso do “autoritarismo estatal pela ação do juiz da legalidade convertido no juiz de Direito por apelo à Constituição” (SERRANO, 2016, p.11), ou seja, na ação do Poder Judiciário como fonte de exceção por meio de decisões não respaldadas pela lei.

Para dar conta de tal empreitada, o autor divide o texto em seis capítulos, nos quais faz aportes teóricos e aplica os conceitos aos estudos de caso. Nos três primeiros capítulos, o livro dedica-se a examinar as características e as manifestações do Estado de exceção, por meio da descrição do fenômeno e de como este foi teorizado por Schmitt e Agamben. No ca-

2 COELHO, André Luiz. Por que caem os presidentes? Contestação e permanência na América Latina. 2013. 298f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

3 VALENTE, Leonardo. Os neogolpes e as interrupções de mandatos presidenciais na América Latina: os casos de Honduras, Paraguai e Brasil. Revista de Ciências Sociais, vol. 49, n. 1, 2018.

4 MEDEIROS, Josué. Regressão democrática na América Latina: do ciclo político progressista e ao ciclo político neoliberal e autoritário. Revista de Ciências Sociais, vol. 49, n. 1, 2018.

5 LIMA, Pedro & CHALOUB, Jorge. Os juristas políticos e suas convicções: para uma anatomia do componente jurídico do golpe de 2016 no Brasil. Revista de Ciências Sociais, vol. 49, n. 1, 2018.

1 Dados extraídos de VALENTE, 2018.



pítulo 1, o tema é abordado de forma geral e a exceção é definida como um espaço anômico em que, por vontade política soberana, suspende-se o direito, resultando na submissão do jurídico ao político. Na exceção, em prol da manutenção das instituições do Estado, a ordem jurídica é suspensa a fim de se restabelecer a normalidade, mas o caráter provisório da medida estaria se desvirtuando em práticas permanentes. Em seguida, é apresentado o argumento que o autor defende ao longo do texto: o ponto de partida de Serrano é que o Estado de direito que as democracias da América Latina vivem é puramente formal, pois persistem em seu interior práticas de exceção. Para o autor, “na maior parte da América Latina, há um Estado de exceção permanente (de fato), que convive com um Estado de direito permanente (formal)” (idem, p. 26).

Um argumento questionável e sem fundamentação com dados empíricos apresentado nesse primeiro capítulo relaciona as medidas de exceção ao grau de desenvolvimento do país. Para o autor, “as medidas de exceção percebidas na rotina democrática variarão de forma e legitimação, dependendo do grau de desenvolvimento do país em que são verificadas” (ibidem, p. 26). Classificar Estados tão heterogêneos como os latino-americanos a partir de níveis de desenvolvimento sem apresentar os métodos empregados é uma tarefa arriscada e que deve ser bem fundamentada, o que não é realizado no livro. O autor não explica o que entende por nível de desenvolvimento e tampouco define quais países estariam englobados por esse critério.

No capítulo 2, a relação entre soberania e exceção é analisada na obra de Carl Schmitt, teórico que defendeu em seus escritos que a força de sustentação do Estado está na decisão do soberano e não na lei formal, contrariando os escritos da corrente positivista liderada por Hans Kelsen. Serrano introduz, ainda, tema a ser desenvolvido no capítulo 4, sobre a centralidade da figura do inimigo na obra de Schmitt. A interpretação de Serrano sobre a obra de Schmitt conclui que a união de um povo está relacionada com a capacidade de identificar os diferentes, e cabe ao soberano decretar quem é o inimigo. Por conta dessa diferença, Schmitt combateria o conceito de humanidade, pois a diferença é a base da soberania.

No capítulo seguinte, é desenvolvida a teoria de Giorgio Agamben sobre o estado de exceção, principalmente a partir da obra *Homo Sacer*. Em consonância com a proposta de analisar a exceção pelo viés jurídico, Serrano

defende que o modelo do moderno estado de exceção deriva de um mecanismo do direito romano denominado *iustitium*, descrito como uma situação de interrupção/suspensão de direitos, em que se produz um vazio jurídico e uma zona de anomia, que seria essencial para a manutenção da própria ordem jurídica. Por estar situada em uma zona complexa e indeterminada, a soberania e a capacidade de decretar a exceção que dela decorre estaria situada em área que está ao mesmo tempo dentro e fora do direito. Ao ter uma de suas primeiras aplicações na Constituição de Weimar, o estatuto da exceção seria um regime provisório para solucionar problemas emergenciais capazes de colocar em risco o próprio Estado. Seria, portanto, “uma necessidade do Estado que leva ao afastamento do direito, ou seja, a sua suspensão, para garantir-lhe sobrevivência” (ibidem, p.62).

No capítulo 4, o ponto sobre a figura do inimigo é retomado como uma construção discursiva capaz de selecionar aqueles que passarão a estar desprovidos de proteção jurídica. Ao opor ao conceito de inimigo o de pessoa, retira-se desse “outro” a necessidade de respeito aos princípios da dignidade humana, pilar do Estado democrático de direito, pois o inimigo seria aquele desprovido de humanidade. Ao ser classificado como um *hostis iudicatus*, ou seja, um inimigo declarado pelo poder público, deste indivíduo ou grupo de indivíduos afastam-se as proteções jurídicas. Serrano acrescenta que é, por este motivo, que Agamben trata da exceção a partir da figura do *Homo Sacer*:

Giorgio Agamben trata do inimigo como o *homo sacer*, ou seja, aquele ser cuja vida não pode ser sacrificada aos deuses (*ius divinum*), mas “matável” pelos demais indivíduos da sociedade (*ius humanum*), sem que a estes possa ser imputado o crime de homicídio pelo seu ato, uma vez que os inimigos são pessoas reduzidas à mera existência biológica. (SERRANO, 2016, p.77)

No quinto capítulo, o autor debruça-se sobre a jurisdição como fonte da exceção, uma vez que, nas democracias contemporâneas, o Judiciário tem interferido indevidamente na esfera de competência dos outros Poderes, fenômeno qualificado como “ativismo judicial”. De acordo com o autor, como cabe ao Judiciário a tarefa da interpretação da Constituição, a este Poder recai a última palavra quanto ao alcance dos direitos fundamentais. Tal prerrogativa seria potencializada na América Latina que, por ter uma tradição positivista,



confere ampla margem de interpretação ao Judiciário.

Ao relacionar o poder da jurisdição, Serrano aponta que o Judiciário percorre todo o percurso do soberano de Carl Schmitt: ao ser o titular da decisão última em matéria de extensão de direitos, pode estabelecer a exceção ao declarar que certo grupo é inimigo, subtraindo deste sua condição igualitária e politicamente protegida. Como exemplo, o autor aponta que, no Brasil, a identificação do inimigo na figura do “bandido”, normalmente vinculado à imagem de indivíduos das classes mais pobres, gera a suspensão de direitos para estas camadas, reforçando a exclusão social. Para Serrano,

A exceção estará presente na jurisdição quando suas decisões se apresentarem como mecanismos de desconstrução do direito, com finalidade eminentemente política, seja pela suspensão da própria democracia – como ocorreu, por exemplo, na América Latina, em países como Paraguai e Honduras –, seja pela suspensão de direitos da sociedade ou parcela dela, como de fato ocorreu e ainda ocorre no Brasil em inúmeras situações (...). (SERRANO, 2016, p. 92)

O objetivo do capítulo 6 é identificar como o ativismo judicial foi aplicado nos países da América Latina como forma de exceção jurisdicional. Para tal, Serrano analisa três casos: a deposição do presidente Zelaya, em Honduras, do presidente Lugo, no Paraguai, e uso da exceção como justificativa jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal (STF) no Brasil. Nos casos de Honduras e Paraguai, as Cortes Supremas cancelaram processos de deposição do presidente sem obedecer a parâmetros do Estado de direito, como a oitiva prévia e o prazo de defesa. Nesses dois casos, a exceção caracterizou-se pela simplificação da decisão em si mesma, ou seja, tal decisão não constitui jurisprudência, pois não será aplicada para casos juridicamente semelhantes, mas politicamente diferentes.

Já no caso brasileiro, a equação inverteu-se. As medidas excepcionais, segundo Serrano, são empregadas comumente travestidas de normalidade, mas o STF foi na contramão dessa tendência. Apesar de durante o impedimento da Presidenta Dilma o processo ter sido descrito pelo STF enquanto condizente com os ritos constitucionais, em Súmula Vinculante a respeito de anexação municipal de terras no estado do Pará, o Supremo declarou expressamente que tal decisão baseava-se em

uma situação de exceção, inclusive citando textualmente a definição de Agamben sobre o que qualifica este fenômeno.

Os casos desses três países latino-americanos indicam, para o autor, como, por meio da jurisdição, os mecanismos de exceção permanecem existentes e permanentes no seio de um Estado que se declara como democrático de direito. Ao citar o STF como fonte de exceção, o autor acrescenta que a figura do inimigo agora vem sendo invocada para se referir aos “corruptos”, e são frequentes medidas de prisão preventiva e suspensão de direitos para fins políticos. Entretanto, os casos são apresentados de forma superficial, o que dificulta a capacidade de relacionar a exceção com detalhes particulares de cada caso. Uma análise mais pormenorizada de cada particularidade poderia ajudar na compreensão das manifestações do estado de exceção nas democracias contemporâneas.

Considerações

O livro de Pedro Serrano, publicado em 2016, em um contexto de sucessivos golpes e impedimentos à democracia na América Latina, confere um aporte teórico relevante para compreender o momento político que estamos vivenciando. Por meio das medidas jurisdicionais de exceção, um Poder que não possui controle externo torna-se responsável por declarar quem encarna a figura do inimigo e limitar o alcance dos direitos a indivíduos ou grupos. O texto apresenta contribuições teóricas e evidências empíricas importantes para analisar o contexto atual por meio de argumentos que conjugam teoria política e teoria do direito, apresentando uma abordagem inovadora e explicativa, tais como os estudos de caso analisados.

O ponto menos consistente no livro reside na generalização da América Latina enquanto continente formado por países de capitalismo tardio, que estariam menos avançados no processo civilizatório. Não fica claro qual o impacto de mecanismos exógenos e endógenos que possam explicar as patologias do Estado de Direito na América Latina, pois se confunde a tradição legal positivista com um argumento estrutural do capitalismo tardio. Os estudos de caso também poderiam ser mais aprofundados para auxiliar na observação empírica dos elementos teóricos. Apesar disso, o livro é uma ótima contribuição para o debate sobre a conjuntura atual da América Latina e as formas de exceção promovidas pelo ativismo judicial.

